



Processo de acesso e permanência de povos indígenas nas universidades do Brasil

Process of access and permanence of indigenous peoples in universities in Brazil

Proceso de acceso y permanencia de pueblos indígenas en las universidades de Brasil

Luka Martins Garcês¹ Nayra Luanny Cunha de Andrade Silva^{1,2}, Ellian Robert Vale Santos² Saimon Leitão² Carlos Benjamim Lino Moraes Dias⁵ Andressa Coelho Ferreira² Rachel Melo Ribeiro^{2,3,4} Cristiano Teixeira Mostarda^{2,3,4} Carlos Alberto Alves Dias Filho^{2,5,6,7} Nivaldo de Jesus Silva Soares Junior^{1,2,4}.

RESUMO

Objetivo: Investigar como se dá o processo de acesso dos povos indígenas ao meio acadêmico, bem como os fatores determinantes para a sua permanência até o final da graduação. **Métodos:** Trata-se de uma revisão integrativa nas bases do Portal de Periódicos CAPES, Google Acadêmico, Scientific Electronic Library Online (SCIELO), realizada no período entre dezembro de 2023 à janeiro de 2024. Foram utilizadas as seguintes palavras chave: "acesso às universidades" AND indígenas AND Brasil. **Resultados:** A amostra final foi composta por 08 (oito) artigos, os quais apontaram que os principais fatores que influenciam na falta de acesso e permanência estão associados às desigualdades socioeconômicas, falta de apoio institucional e estrutural aos estudantes. Outros fatores são a falta de iniciativas de âmbito nacional a respeito da criação de programas que incentivem a permanência desses povos nas universidades. **Considerações finais:** Os estudos evidenciam que é de suma importância a criação de políticas de ações afirmativas, bolsas e programas voltados à promoção de acesso e permanência dos povos indígenas, e revela o impacto na construção de um sistema educacional mais comprometido com a equidade, justiça social e preservação da cultura de maneira eficaz a superar as barreiras históricas enfrentadas pelos povos originários.

Palavras-chave: Povos indígenas, Ensino Superior, Ações Afirmativas.

ABSTRACT

Objective: To investigate how indigenous peoples access the academic environment, as well as the determining factors for their retention until the end of their degree. **Methods:** This is an integrative review based on the CAPES Journal Portal, Google Scholar, Scientific Electronic Library Online (SCIELO), carried

¹Laboratório de Adaptações Cardiovasculares ao Exercício (LACORE), São Luís – MA.

²Instituto de Ensino Superior Franciscano – IESF, Paço do Lumiar – MA.

³Universidade Federal do Maranhão – UFMA, São Luís – MA.

⁴Programa de Pós Graduação em Educação Física (PPGEF – UFMA), São Luís – MA.

⁵Afya Faculdade de Ciências Médicas de Santa Inês – AFYA, Santa Inês – MA.

⁶Faculdade Santa Luzia – Santa Inês – MA.

⁷UniBras - Faculdade Santa Inês. Santa Inês – MA.

out between December 2023 and January 2024. The following passwords were used: "access to universities" AND indigenous AND Brazil. **Results:** The final sample was composed of 08 (eight) articles, which pointed out that the main factors that influence the lack of access and permanence are associated with socioeconomic inequalities, lack of institutional and structural support for students. Other factors are the lack of nationwide initiatives regarding the creation of programs that encourage these people to remain in universities. **Final considerations:** The studies show that it is extremely important to create affirmative action policies, scholarships and programs aimed at promoting access and permanence of indigenous peoples and reveal the impact on the construction of an educational system more committed to equity, justice social and cultural preservation in an effective way to overcome the historical barriers faced by original peoples.

Keywords: Indigenous peoples, Higher Education, Affirmative Actions.

RESUMEN

Objetivo: Investigar cómo los pueblos indígenas acceden al entorno académico, así como los factores determinantes para su permanencia hasta el final de la carrera. **Métodos:** Se trata de una revisión integradora en el Portal de Revistas CAPES, Google Scholar, Biblioteca Electrónica Científica en Línea (SCIELO), realizada entre diciembre de 2023 y enero de 2024. Se utilizaron las siguientes contraseñas: "acceso a universidades" E indígena Y Brasil. **Resultados:** La muestra final estuvo compuesta por 08 (ocho) artículos, los cuales señalaron que los principales factores que influyen en la falta de acceso y permanencia están asociados a desigualdades socioeconómicas, falta de apoyo institucional y estructural a los estudiantes. Otros factores son la falta de iniciativas a nivel nacional en cuanto a la creación de programas que alienten a estas personas a permanecer en las universidades. **Consideraciones finales:** Los estudios muestran que es de suma importancia crear políticas, becas y programas de acción afirmativa dirigidos a promover el acceso y la permanencia de los pueblos indígenas, y revelan el impacto en la construcción de un sistema educativo más comprometido con la equidad, la justicia social y cultural. preservación de manera efectiva para superar las barreras históricas que enfrentan los pueblos originarios.

Palabras clave: Pueblos indígenas, Educación Superior, Acciones Afirmativas.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, o acesso e permanência dos povos indígenas no ensino superior têm sido temas de grande relevância no Brasil. Entre dezembro de 2018 e janeiro de 2024, houve avanços significativos nas políticas e práticas para promover a inclusão desses estudantes nas universidades.

As barreiras históricas e estruturais enfrentadas pelos indígenas na educação superior têm sido superadas gradualmente, por meio da implementação de políticas públicas e ações afirmativas (OLIVEIRA DA, et al., 2020).

Uma das principais referências nesse contexto é a Constituição Federal de 1988, que reconhece e garante o direito dos povos indígenas à educação e à valorização de suas culturas (BRASIL, 1988). Além disso, o Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010) e a Lei de Cotas (Lei nº 12.711/2012) têm contribuído para a promoção da igualdade de oportunidades e para a superação das desigualdades no acesso à educação.

No âmbito das universidades, algumas experiências sobre aplicabilidade de projetos de extensão através de disciplinas que promovam esse intercâmbio entre os discentes, docentes e população indígena, mais precisamente na área da saúde (DE CASTRO NJC, et al., 2019).

Diversas instituições de ensino têm implementado programas de apoio e de ações afirmativas voltados para a inclusão de indígenas no ensino superior. Esses programas incluem a criação de cursos específicos, a oferta de bolsas de estudo, a construção de espaços de diálogo e acolhimento, entre outras iniciativas. Destacam-se também os Programas de Regularização de Terras Indígenas (PRTIs) e os Projetos Técnico-Pedagógicos Diferenciados (PTPDs), que visam garantir uma educação superior contextualizada e respeitosa com as especificidades culturais e territoriais dos povos indígenas (OLIVEIRA DA, et al., 2020).

Apesar dos avanços, Bergamaschi MA, et al. (2018) destacam desafios persistentes no acesso econômico, físico e político, além das políticas de permanência e valorização das culturas indígenas nas universidades. É crucial revisar e aprimorar constantemente as políticas públicas para garantir acesso equitativo e permanência no ensino superior, promovendo a valorização das identidades culturais indígenas.

De acordo com Figueiredo OVA (2019), houve várias barreiras que dificultaram a permanência dos estudantes indígenas nas universidades. Alguns desses obstáculos incluem o racismo étnico-racial, a restrição de acesso a determinados programas do governo, limitações orçamentárias e a impossibilidade dos estudantes das universidades estaduais se beneficiarem desses programas.

Braga GS, et al. (2022) aborda as dificuldades enfrentadas por alunos e docentes indígenas no ambiente acadêmico. Ele destaca que essas dificuldades são reflexo de problemas estruturais e culturais presentes nas instituições de ensino superior. A falta de preparo dos funcionários da universidade resulta em negligência e discriminação contra os estudantes indígenas, dificultando sua adaptação e permanência na instituição.

Existe a necessidade de uma maior sensibilização por parte da comunidade acadêmica e da sociedade em geral sobre as especificidades e desafios enfrentados pelos estudantes indígenas, isso inclui a implementação de ações de capacitação e formação para professores e demais profissionais que atuam na área da educação, visando uma maior compreensão e sensibilidade em relação às questões indígenas (SOUSA EA, 2019).

Soares PDSB, et al. (2021) enfatiza que a significância da entrada e permanência como estudantes indígenas na universidade é monumental. É uma maneira de afirmar a identidade indígena e destacar sua capacidade. Não são apenas sujeitos de estudo, são cientistas e pesquisadores por direito próprio. Este desafio, estereótipos e impõe um futuro onde as vozes e contribuições são reconhecidas e valorizadas.

Diante do exposto, o presente trabalho teve como objetivo investigar como se dá o processo de acesso dos povos indígenas ao meio acadêmico, bem como os fatores determinantes para a sua permanência até o final da graduação.

MÉTODOS

Trata-se de uma revisão integrativa referente à produção do conhecimento sobre o processo do acesso e permanência de indígenas no ensino superior. Para a realização desse estudo foram, primeiramente, estabelecidos quais seriam os principais fatores atrelados a falta de acesso desses povos ao ambiente acadêmico e quais seriam as principais causas da sua não permanência nos cursos pretendidos.

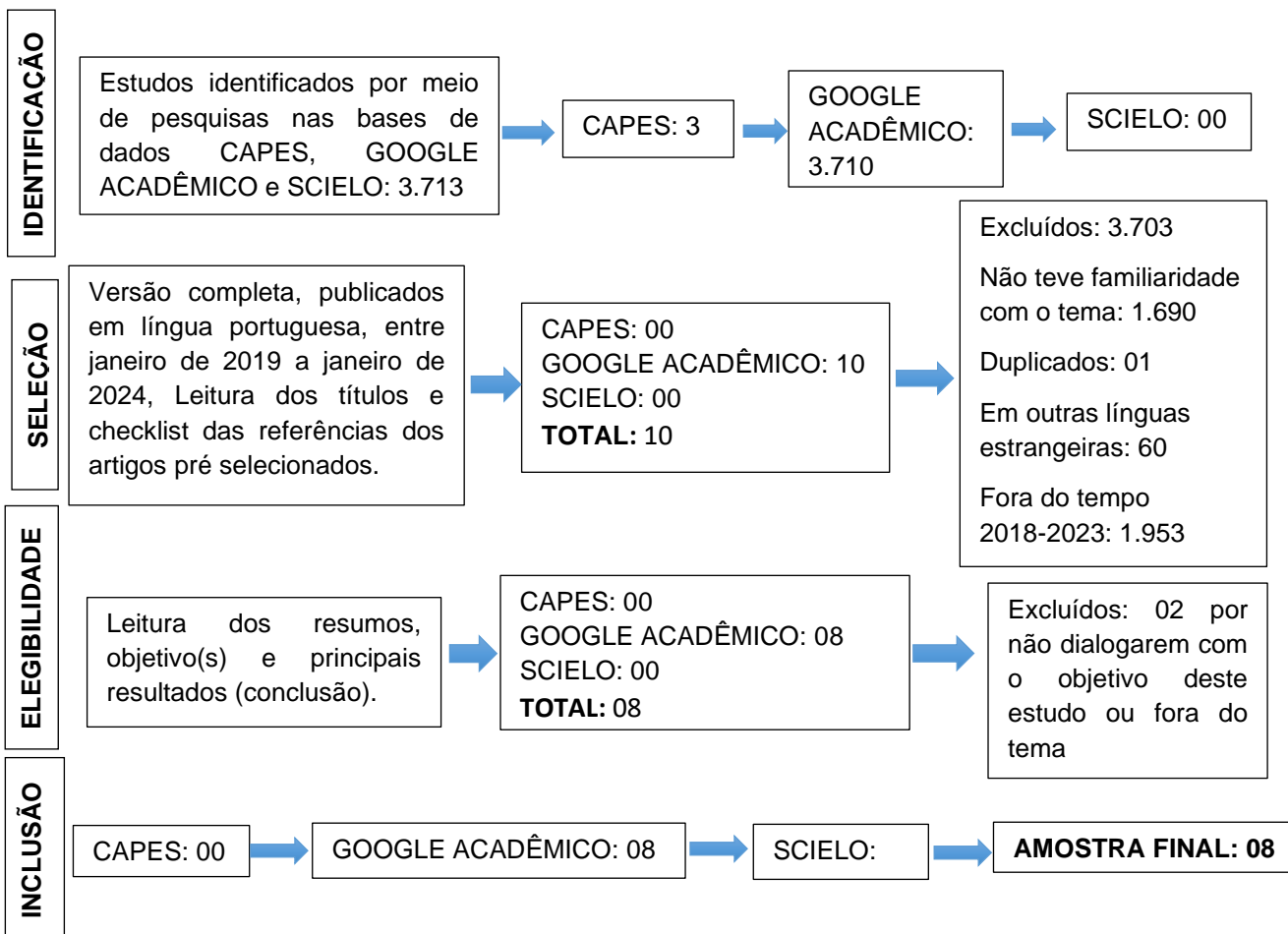
Assim, no período entre dezembro de 2023 à janeiro de 2024 foi realizado o levantamento bibliográfico, executado nas bases de dados: Portal de Periódicos CAPES, Google Acadêmico, Scientific Electronic Library Online (SCIELO), utilizando as seguintes palavras passe: "acesso às universidades" AND indígenas AND Brasil para o cruzamento dos descritores, totalizando 3.713 achados, sendo 03 no CAPES e 3.710 no Google Acadêmico.

Em seguida, definiram-se os seguintes critérios de inclusão (filtros): artigos que possuíssem versão completa, publicados em língua portuguesa, porque interessa-nos explorar os fatores que influenciaram a falta de adesão ao ambiente universitário brasileiro entre dezembro de 2018 a janeiro de 2024.

Quanto aos critérios de exclusão destacam-se: teses, dissertações, livros, revisões de literatura, em língua estrangeira, que apareceram mais de uma vez na busca e fora do espaço-tempo determinado. Assim, totalizaram-se 10 textos, sendo os 10 encontrados no Google Acadêmico que seguiram para avaliação de elegibilidade.

Esse processo procedeu com a leitura dos títulos, resumos, objetivo(s), e principais resultados, com a finalidade de selecionar apenas os que possuíssem relevância com o tema investigado. Os achados que dialogavam diretamente com o tema somaram-se em 08 artigos, sendo os 8 do Google acadêmico (**Figura 1**).

Figura 1 – Fluxograma de identificação e seleção dos artigos.



Fonte: Silva NLCA, et al., 2024.

RESULTADOS

O resultado das buscas foi organizado em um quadro síntese, contendo autor(es) e ano de publicação, o objetivo do estudo e principais conclusões, para, posteriormente, seguir com as discussões.

Quadro 1 - Síntese dos principais achados sobre o processo de acesso e permanência de povos indígenas ao ensino superior:

N	Autores (Ano)	Objetivo do estudo	Principais achados
1	DA SILVA VSR e DA SILVA GJ., 2021.	O objetivo do presente artigo é apresentar e questionar o conhecimento atualmente disponível, obtido a partir de uma primeira investigação sobre a realidade, e destacar a importância de pesquisas sobre o desempenho acadêmico de estudantes indígenas e quilombolas que ingressaram nas universidades brasileiras por meio de cotas.	A pesquisa inicial sobre a retenção e evasão de estudantes indígenas e quilombolas na UFPEL revelou parte dos desafios que esses estudantes enfrentam para permanecer na universidade. Esses desafios estão ligados a questões étnico-raciais e culturais, que refletem desigualdades e opressões enraizadas historicamente em nossa sociedade. Isso levanta várias perguntas sobre a retenção e evasão de estudantes cotistas indígenas e quilombolas.

N	Autores (Ano)	Objetivo do estudo	Principais achados
2	SOARES PDSB, et al., (2021)	Objeto de estudo deste trabalho está em investigar a produção do conhecimento dentro da Universidade a partir do olhar indígena, trazendo, assim, os desafios de estudantes indígenas no acesso e permanência neste espaço.	Nesse sentido, não basta apenas a entrada nas IES, mas políticas públicas que também garantam a permanência, mas mais que isso, que a ciência seja de fato vista como conhecimento produzido por toda a humanidade, não privilegiando o conhecimento somente na perspectiva ocidental, mas como algo eminentemente humano e plural.
3	DE MORAES JSR, et al., 2022.	O objetivo é entender a situação atual da instituição de ensino superior, mostrando dados demográficos das comunidades indígenas em Santa Catarina em relação ao campus da UDESC, e discutir o processo de consulta aos povos indígenas e suas oportunidades de ingresso e permanência na universidade.	A UDESC precisa adaptar-se à legislação vigente sobre os Direitos dos Povos Indígenas ao acesso e permanência no Ensino Superior, iniciando com a inclusão do sistema de acesso diferenciado para Indígenas em todos os Campus e todos os Cursos, Graduação ou Pós-Graduação.
4	SILVEIRA B, et al., 2020.	Objetivo geral de investigar as determinações da permanência e/ou evasão do/as estudantes indígenas da UFSC que ingressaram entre 2008 e 2019 pelo processo seletivo suplementar específico para indígenas.	Apesar de algum avanço recente no sentido da sua inserção na Universidade, como as políticas de ações afirmativas, o seu ingresso não foi atrelado a uma política de permanência efetiva e que atenda às suas necessidades; desse modo, a continuidade desses estudantes na formação universitária e a sua conclusão passa, permanentemente, por um cabo de força entre a sua resistência coletiva, a educação elitista e o racismo institucional.
5	FIGUEIREDO OVA., 2019.	O trabalho aborda o debate e as ações afirmativas no Brasil, com ênfase no acesso de estudantes indígenas e quilombolas na UEFS, que instituiu o sistema de reserva de vagas em 2007. Dividido em duas partes, a primeira oferece uma breve contextualização das políticas de ações afirmativas no país.	O artigo aponta que a UEFS demonstra estatisticamente um potencial para práticas institucionais de inclusão e promoção da diversidade étnico-racial. No entanto, apesar da existência de vagas adicionais, nos primeiros dez anos houve uma barreira que impediu a efetiva inclusão e conclusão acadêmica desses grupos. É crucial destacar a necessidade de novos estudos nessa temática, para estimular tanto os professores quanto os alunos a questionarem a presença desses grupos nas universidades brasileiras.

N	Autores (Ano)	Objetivo do estudo	Principais achados
6	BRAGA GS, et al., 2022.	O estudo retrata os desafios vistos pelos estudantes e docentes indígenas através de entrevistas na Universidade Federal do Pará.	O autor da pesquisa destaca a preocupação com o racismo institucional, falta de preparo dos funcionários e questões financeiras que afetam a formação dos estudantes indígenas. Para resolver essas dificuldades, é responsabilidade das instituições de ensino superior implementar medidas como cursos de educação intercultural e políticas de fiscalização. A formação de profissionais indígenas contribui para uma sociedade mais democrática e valoriza a diversidade sociocultural brasileira.
7	KRAINSKI LBKR, et al., 2022.	Objetivo refletir sobre as políticas de ações afirmativas e o acesso e permanência de estudantes indígenas nas universidades públicas.	Estudo informa que além de fornecer o acesso às instituições, também é de suma importância acolher e entender suas particularidades individuais, especialmente sua cultura e origem. É ressaltado a importância de as redes de ensino enfatizar a identidade étnica, autonomia e políticas de sustentabilidade dos povos indígenas.
8	LUNA WF, et al., 2021.	O estudo aborda as ações afirmativas que permitem que alguns indígenas tenham acesso aos cursos de Medicina nas universidades federais do Brasil.	Os estudantes indígenas de medicina enfrentam desafios como desigualdade socioeconômica, preconceito e discriminação para ingressar na faculdade. Além disso, destacam a importância de políticas de permanência, incluindo apoio financeiro, suporte acadêmico e acompanhamento psicossocial, para superar a invisibilidade e alcançar trajetórias alinhadas com as expectativas das comunidades indígenas na formação médica.

Fonte: Silva NLCA, et al., 2024.

DISCUSSÃO

Processo de Adesão ao Ambiente Acadêmico

As formas de violência e privação de direito cometidas contra os povos indígenas, estão presentes em todas as mais diversas áreas da sociedade brasileira, indo da negação ao direito às suas terras e à própria identidade; da dificuldade de acesso ao mercado de trabalho; ao não-acesso a saúde, alimentação e educação (SILVEIRA, B. et al., 2020).

Dito isto, citado por De Moraes JSR, et al., (2022), movimentos foram feitos para garantir a autonomia dos povos indígenas. Na Assembleia Constituinte, várias etnias levaram suas petições. Ailton Krenak, um ativista importante, coordenou a organização "Povos Indígenas na Constituinte". Essas lutas focaram na garantia de uma educação digna, visando a autonomia, acesso e permanência no Ensino Superior.

De acordo com Silveira B, (2020), após uma longa batalha e movimento político, os povos indígenas conseguiram, em 1988, uma Constituição Federal que reconheceu a importância da educação intercultural, plurilíngue e comunitária. Isso possibilitou a criação da educação escolar indígena em seus territórios, abrangendo o ensino fundamental e fortalecendo as comunidades com professores indígenas formados em cursos de licenciatura específicos.

A começar dos avanços obtidos na Constituição Federal de 1988, observa-se um aumento no quantitativo de escolas indígenas e de professores pertencentes às comunidades, “[...] anunciando um movimento de apropriação desta instituição, eminentemente, ocidental em sua origem, mas que, aos poucos, toma a coloração do povo indígena que a protagoniza.” (SANTOS MSF e KARAJÁ PAIO, 2019).

Por volta de 1990, e os anos 2000, pode-se salientar que houve um crescimento dentro o quantitativo de estudantes indígenas inseridos nas universidades públicas, tornando importante pontuar que até a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, a famosa Lei de Cotas, o ingresso era feito através de regras instituídas por cada estado da federação (SILVEIRA VSR. et al., 2020).

O estudo de Da Silva VSR e Da Silva GJ (2021), destaca que o Programa da Pró-reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE) da UFPEL, por meio do Núcleo de Serviço Social (NSS), aborda o acesso e a permanência de estudantes provenientes de escolas públicas, com renda per capita de até 1,5 salário mínimo, por meio das cotas sociais. Esse programa é financiado pelo Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), estabelecido pelo Decreto nº 7.234 de julho de 2010.

Para estudantes indígenas e quilombolas, os auxílios são concedidos de acordo com a necessidade individual, sem a exigência de comprovação socioeconômica. A única condição é que sejam aprovados nos Processos Seletivos Específicos (PSE), iniciados na segunda metade de 2015. Além disso, desde 2013, eles também têm acesso à universidade através do SISU/ENEM (DA SILVA VSR e DA SILVA GJ, 2021).

Ademais das reservas de vagas, há as vagas suplementares, um tipo diferente de cota, conforme descrito na Resolução Normativa Nº52/CUn/2015. Nesse sistema, os candidatos indígenas competem entre si, ao contrário das vagas reservadas, onde concorrem com estudantes pretos e pardos. Nas vagas suplementares, os candidatos mais bem colocados no processo seletivo têm a oportunidade de escolher, e são disponibilizadas três vagas por curso, excluindo a concorrência com outros tipos de estudantes (SILVEIRA, VSR. et al., 2020).

“Outra forma de ingresso é através do Curso Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica – Guarani, Kaingang e Xokleng do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, criado através da Resolução Nº004/CEG/2010, de 28 de abril de 2010 [...] através de vestibular diferenciado” (SILVEIRA VSR et al., 2020).

Deste modo, segundo Silveira VSR, et al., (2020), existem quatro formas diferentes de ingressar na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC): pela ampla concorrência; cotas para pretos, pardos e indígenas; Licenciatura Intercultural Indígena; e as vagas suplementares.

Barreiras e Determinantes no Acesso e Permanência à Universidade

Figueiredo OVA (2019) pontuou os desafios para a permanência de estudantes indígenas nas universidades, como racismo e restrições de acesso a programas governamentais. A Bolsa da FUNAI incentivou sua participação nos vestibulares da UEFS, que reservou duas vagas extras em cada curso para candidatos indígenas e quilombolas certificados pela Fundação Cultural Palmares. As vagas de ampla concorrência são disputadas por candidatos não-cotistas ou não-optantes.

O autor Braga GS, et al., (2022) aborda as dificuldades enfrentadas por alunos e docentes indígenas no ambiente acadêmico. Ele destaca que essas dificuldades são reflexo de problemas estruturais e culturais presentes nas instituições de ensino superior. A falta de preparo dos funcionários da universidade resulta em negligência e discriminação contra os estudantes indígenas, dificultando sua adaptação e permanência na instituição. A burocracia prejudica alunos indígenas na obtenção de assistência estudantil, enquanto a discriminação afeta seu desempenho. Universidades devem oferecer cursos interculturais e sensibilizar seus profissionais para as necessidades dos indígenas. É essencial combater o racismo institucional e promover a

formação de profissionais indígenas. Garantir condições favoráveis para a permanência e sucesso desses alunos é crucial.

Krainski LBKR, et al. (2022), demonstra que o relatório do Vestibular dos Povos Indígenas no Paraná evidencia que os estudantes indígenas enfrentam múltiplas dificuldades durante sua jornada acadêmica, como choque cultural, falta de apoio financeiro, discriminação e programas de assistência estudantil insuficientes. A taxa de evasão desses estudantes, que alcançou 50% de 2002 a 2019, destaca um desafio significativo para as políticas de inclusão e retenção nas universidades públicas do estado.

Em companhia desses desafios, Krainski LBKR, et al. (2022), ressalta a importância de criar políticas e programas que promovam a inclusão e a permanência dos estudantes indígenas nas universidades públicas do Paraná. Isso inclui a adoção de estratégias de acolhimento e apoio, como a criação de programas de orientação e mentoria, a promoção de eventos e atividades culturais voltadas para a valorização da identidade indígena e o desenvolvimento de políticas de bolsas e auxílios financeiros específicos para estudantes indígenas.

É de suma importância sensibilizar a comunidade acadêmica e a sociedade sobre os desafios dos estudantes indígenas é essencial. Ações afirmativas são cruciais para sua inclusão nas universidades, mas é preciso política de apoio para garantir sua permanência e conclusão dos cursos, considerando suas particularidades culturais e individuais.

Luna WF, et al. (2021), em uma pesquisa quanti-qualitativa ressalta a importância das ações afirmativas para o acesso de estudantes indígenas aos cursos de Medicina em universidades federais brasileiras. O estudo identificou 192 estudantes indígenas em 43 instituições de ensino superior em 2019, com visitas a 14 instituições e entrevistas com 24 estudantes. Durante essas entrevistas compartilharam experiências destacando desafios como desigualdades socioeconômicas e preconceito. Políticas de permanência, incluindo apoio financeiro e acompanhamento psicossocial, são cruciais para superar obstáculos e garantir a permanência e sucesso acadêmico desses estudantes.

Para alcançar esse objetivo, é necessário implementar políticas inclusivas e promover um ambiente acolhedor e respeitoso nas instituições de ensino superior. Isso contribuirá não apenas para o acesso, mas também para a permanência e sucesso acadêmico dos estudantes indígenas nas graduações em Medicina (LUNA WF, et al., 2021).

Programas e Políticas de Ações Afirmativas

Soares PDSB, et al. (2021) relata que o ingresso de indígenas na universidade é desafiador, implicando uma transição da vida comunitária para uma sociedade individualista. As dificuldades incluem deslocamento para as cidades e falta de recursos durante os processos seletivos. Políticas de apoio desde o acesso até a permanência são essenciais. Adaptações nos currículos, linguagem e suporte psicopedagógico são necessárias para facilitar a trajetória acadêmica desses estudantes.

Como uma contra medida, a Universidade Federal do Tocantins (UFT) implementou um Programa Institucional de Monitoria Indígena (PIMI) a fim de minimizar os efeitos negativos ocasionados pela falta de acompanhamento pedagógico, favorecendo uma melhora no quadro de permanência desse estudante. (SOARES PDSB, et al., 2021).

Segundo De Moraes JSR, et al. (2022), as Políticas de Ação Afirmativa são um conglomerado de ações de cunho público e privado, de caráter imprescindível, com determinado tempo e período previsto para se readaptar e avaliar, pensados para guerrear contra a discriminação racial, de gênero, deficiência física, e outras bem como para retificar ou pelo menos reduzir os efeitos vigentes destas segregações.

As primeiras experiências de ações afirmativas direcionadas aos estudantes indígenas remontam ao início da década de 1990. Estas iniciativas foram estabelecidas por meio de convênios entre a FUNAI e algumas universidades públicas e privadas (SOARES PDSB, et al., 2021).

O Programa Bolsa Permanência (PBP), criado em maio de 2013 através da portaria nº 389 de 2013 pelo governo federal, visa fornecer apoio financeiro a estudantes matriculados em instituições federais que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Seus objetivos incluem viabilizar a permanência desses estudantes, reduzir os custos de manutenção de vagas ociosas e promover a democratização do acesso ao ensino superior. A aprovação do PBP pelo Ministério da Educação resultou em um aumento significativo no ingresso de estudantes indígenas nas instituições federais e nas Instituições de Ensino Superior (IES) em todo o Brasil (SOARES PDSB, et al., 2021).

As Instituições de Ensino Superior (IES) recebem apoio financeiro do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), criado em 2008, com o objetivo de favorecer a permanência de estudantes de baixa renda em cursos de graduação presenciais, contribuindo para melhorar o desempenho acadêmico e reduzir a evasão. Além disso, existem bolsas da CAPES e CNPq para pesquisa, embora poucos indígenas tenham acesso a essas oportunidades (SOARES PDSB, et al., 2021).

Para os estudantes indígenas, a mudança para a cidade é um desafio, visto que na cidade há muitos custos financeiros que em comparação às comunidades tradicionais não possuem, como: comida, aluguel, água, energia, passagens de ônibus para deslocamentos entre sua residência e a faculdade, entre outros. Deste modo, angariar ajuda financeira é importante para que esses alunos possam se manter nas universidades. (SOARES PDSB, et al., 2021).

Em 2013 criou-se um coletivo na Universidade Federal de Goiás (UFG), chamado de União dos Estudantes Indígenas e Quilombolas (UNEIQ). O coletivo tinha a finalidade de apoiar, ser suporte de permanência e luta contra dos estudantes indígenas e quilombolas, fazendo reuniões, que eram transpassadas em atas, com as reivindicações mais relevantes apontadas pelo grupo, e encaminhando para as instancias responsáveis (SOARES PDSB, et al., 2021).

Os estudantes indígenas da UFG conquistaram várias bolsas e auxílios, incluindo a Bolsa Permanência do MEC, por meio de esforços coletivos. As bolsas obtidas pela UNEIQ abrangem diversas áreas, como alimentação, moradia e apoio pedagógico, tanto na Regional Goiás quanto em Goiânia. A única bolsa que pode ser acumulada é a Bolsa Canguru, destinada a estudantes com filhos de até 5 anos. Segundo Soares PDSB, et al., (2021), a Bolsa Permanência do MEC e outras formas de assistência estudantil foram fundamentais para aumentar o ingresso de estudantes indígenas no Ensino Superior.

Segundo Da Silva VSR e Da Silva GJ. (2022), as políticas de permanência devem garantir que os estudantes em vulnerabilidade social e os que enfrentam o racismo estrutural e institucional tenham o direito de concluir suas graduações com qualidade. Isso requer uma participação efetiva nos diversos espaços acadêmicos, incluindo ensino, extensão e pesquisa.

Evasão e Permeância

Os estudantes indígenas enfrentam diversos desafios para concluir o Ensino Superior, incluindo "O Desprezo Institucional", "Permanência Estudantil", "Dificuldades Advindas da Educação Básica" e "Racismo Institucional". Na UFPA, a evasão desses estudantes está relacionada à falta de assistência estudantil, prazos curtos para homologação de matrículas e falta de políticas afirmativas. Isso destaca a importância de abordar esses problemas para promover a permanência e o sucesso dos estudantes indígenas (BRAGA GS, et al., 2022).

Segundo Krainski LBKR, et al. (2022), as razões para a evasão de alunos indígenas são diversas e inter-relacionadas. Destacam-se dificuldades didático-pedagógicas, falta de apoio da comunidade e lideranças, isolamento e discriminação, dificuldades financeiras, escolha inadequada do curso, formação escolar prévia, e distância da família. Além disso, o valor da bolsa permanência muitas vezes não cobre todas as despesas ao viver em um ambiente diferente de sua terra natal.

Diante disso, os autores Luna WF, et al. (2021), afirmam que é possível inferir que a evasão pode estar relacionada a diversos fatores, como dificuldades financeiras, falta de apoio institucional, problemas de adaptação ao ambiente acadêmico, entre outros. Além disso, é importante destacar que a evasão não é um

problema exclusivo dos estudantes indígenas, mas sim um desafio enfrentado por muitos estudantes universitários.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos mencionados apresentados ressaltam que é essencial implementar políticas governamentais específicas, para garantir que os povos indígenas tenham acesso facilitado e consigam permanecer na educação superior. Isso é crucial para assegurar equidade de oportunidades e para proteger a diversidade cultural dessas comunidades. Ademais, enfatizam o impacto social positiva que a educação tem nessas comunidades, não apenas em termos de desenvolvimento individual, mas também no fortalecimento da identidade e dos valores culturais. Argumenta-se que mais pesquisas são necessárias para investigar a fundo essas questões, visando compreender melhor os desafios específicos enfrentados pelos indígenas em diferentes contextos sociais. Essa compreensão mais profunda é fundamental para orientar o desenvolvimento de políticas mais eficazes e inclusivas para essas comunidades.

REFERÊNCIAS

1. BERGAMASCHI MA, et al. Estudantes indígenas em universidades brasileiras: um estudo das políticas de acesso e permanência. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, 2018; 99: 37-53.
2. BRAGA GS et al. Políticas públicas de ações afirmativas: desafios enfrentados por indígenas discentes na graduação da Universidade Federal do Pará. *Revista Educação e Políticas em Debate*, 2022; 11(1): 362–382.
3. BRASIL, Lei n. 12.288, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. *Diário Oficial da União*. 20 jul. 2010.
4. BRASIL, Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. 29 ago. 2012.
5. DA SILVA VSR e DA SILVA GJ. Retenção e evasão dos (as) estudantes indígenas e quilombolas na universidade federal de pelotas: desafios para as políticas de permanência. *Expressa Extensão*, 2021; 26(3): 69-80.
6. DE CASTRO NJC, et al. Ensino e pesquisa sobre saúde dos povos indígenas: experiências acadêmicas. *Revista Eletrônica Acervo Saúde*, 2019; 25: e567.
7. DE MORAES JSR, et al. Ações afirmativas e povos indígenas: Democratização do acesso e permanência na Universidade do Estado de Santa Catarina. *Revista Educación Superior y Sociedad (ESS)*, 2022; 34(1): 610-641.
8. FIGUEIREDO OVA. Acesso de indígenas e quilombolas na Universidade Estadual de Feira de Santana-UEFS. *Cadernos do LEPAARQ (UFPEL)*, 2019; 16(3): 176-191.
9. KRAINSKI LBKR, et al. Somos todos universidade: inclusão e permanência de estudantes indígenas nas universidades públicas do Paraná. *Conjecturas*, 2022; 22(5): 16-29.
10. LUNA WF, et al. Mapeamento e experiências de indígenas nas escolas médicas federais brasileiras: acesso e políticas de permanência. *Interface-Comunicação, Saúde, Educação*, 2021; 25.
11. OLIVEIRA DA et al. As políticas de avaliação e responsabilização no Brasil: uma análise da Educação Básica nos estados da região Nordeste. *Revista Ibero-americana de Educação*, 2020.
12. SANTOS MSF e KARAJÁ PAIO. Os desafios para permanência dos estudantes indígenas na UFT: o diálogo entre os saberes. *Povos indígenas da américa latina*. 2019; 3.
13. SILVEIRA B, et al. A permanência de estudantes indígenas da Universidade Federal de Santa Catarina. 2020.
14. SOARES PDSB, et al. O significado da entrada e permanência de estudantes indígenas nas universidades públicas Brasileiras – “programa de índio” é estudar: a UFG em questão. 2021.
15. SOUSA EA. O acesso e a permanência de indígenas no ensino superior: desafios e potencialidades. 2019.